

i) Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores em Funções Públicas

j) Proteção da propriedade intelectual:

Protocolo de Empresas;

Regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo;

Código da Propriedade Industrial;

Convenção Europeia de Patentes;

Valorização e licenciamento de direitos de propriedade industrial;

Procedimentos para o registo da propriedade intelectual.

ANEXO 2

Legislação e bibliografia para a prova de conhecimentos

Constituição da República Portuguesa (Republicada pela Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto, Parte III).

Lei orgânica do XXI Governo Constitucional (Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro).

Lei de bases do sistema educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, alterada pelas Leis n.º 115/97, de 19 de setembro, 49/2005 de 30 de agosto, que a republicou, e pela Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto).

Regime jurídico das instituições de ensino superior (Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro).

Graus e diplomas do ensino superior (Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 107/2008, de 25 de junho, e 230/2009, de 14 de setembro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 81/2009, de 27 de outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 115/2013, de 7 de agosto, que o republicou).

Avaliação do ensino superior (Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto).

Estatutos da Universidade de Lisboa (Despacho Normativo n.º 5-A/2013, de 18 de abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 19 de abril).

Estatutos do Instituto Superior Técnico (Despacho n.º 12255/2013, de 09 de setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 185, de 25 de setembro).

Regulamento de Organização e de Funcionamento dos Serviços de Natureza Administrativa e de Apoio Técnico do Instituto Superior Técnico (Despacho n.º 1696/2014, de 21 de janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 23, de 03 de fevereiro).

Regimento do Conselho de Gestão do Instituto Superior Técnico (Despacho (extrato) n.º 3279/2014, de 20 de fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 41, de 27 de fevereiro).

Quadro normativo das instituições de investigação e desenvolvimento (Decreto-Lei n.º 125/99, de 20 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 91/2005, de 3 de junho).

Estatuto do bolsheiro de investigação (Lei n.º 40/2004, de 18 de agosto, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 202/2012, de 27 de agosto, e alterada pela Lei n.º 12/2013, de 29 de janeiro, e pelo Decreto-Lei n.º 89/2013, de 9 de julho; Decreto-Lei n.º 233/2012, de 29 de outubro).

Código do Procedimento Administrativo (Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro).

Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com a Retificação n.º 37-A/2014, de 19 de agosto, e as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 82-B/2014, de 31 de dezembro, 84/2015, de 7 de agosto, e 18/2016, de 20 de junho).

Estatuto da Carreira Docente Universitária (Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de novembro, alterado pela Lei n.º 19/80, de 16 de julho, pelos Decretos-Leis n.ºs 316/83, de 2 de julho, 35/85, de 1 de fevereiro, 48/85, de 27 de fevereiro, 243/85, de 11 de julho, 244/85, de 11 de julho, 381/85, de 27 de setembro, 392/86, de 22 de novembro, pela Lei n.º 6/87, de 27 de janeiro, pelos Decretos-Leis n.ºs 45/87, de 24 de março, 147/88, de 27 de abril, 359/88, de 13 de outubro, 412/88, de 9 de novembro, 456/88, de 13 de dezembro, 393/89, de 9 de novembro, 408/89, de 18 de novembro, 388/90, de 10 de dezembro, 76/96, de 18 de junho, 13/97, de 17 de janeiro, 212/97, de 16 de agosto, 252/97, de 26 de setembro, 277/98, de 11 de setembro, 373/99, de 18 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, e pela Lei n.º 8/2010, de 13 de maio).

Carreira de Investigação Científica (Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de abril, alterado pela Lei n.º 157/99, de 14 de setembro).

Sistema Integrado de Avaliação e Gestão do Desempenho na Administração Pública — SIADAP (Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, 55-A/2010 e 66-B/2012, de 31 de dezembro dos respetivos anos).

Fichas de avaliação e listas de competências (Portaria n.º 359/2013, de 13 de dezembro).

Código da Propriedade Industrial (Decreto-Lei n.º 143/2008, de 25 de julho).

Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos (Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de março, e alterado pelas Leis n.ºs 45/85, de 17 de setembro, e 114/91, de 3 de setembro, e Decretos-Leis n.ºs 332/97 e 334/97, ambos de 27 de novembro, pela Lei n.º 50/2004, de 24 de agosto, pela Lei n.º 24/2006, de 30 de junho, pela Lei n.º 16/2008, de 1 de abril e pela Lei n.º 82/2013, de 6 de dezembro).

Decreto-Lei n.º 252/94, de 20 de outubro, referente à proteção jurídica dos programas de computador.

Manual de Aplicação do Código da Propriedade Industrial, Instituto Nacional de Propriedade Industrial.

Guia de Exame de Sinais Distintivos de Comércio, Instituto Nacional de Propriedade Industrial.

Guia de Procedimentos para Direitos de Incidência Tecnológica, Instituto Nacional de Propriedade Industrial.

Regulamento da Propriedade Intelectual do Instituto Superior Técnico (Despacho n.º 12823/2010, de 15 de julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 153, de 9 de agosto de 2010, alterado pelo Despacho n.º 9109/2015, de 3 de agosto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 157, de 13 de agosto de 2015).

Regulamento de Propriedade Intelectual da Universidade de Lisboa (Despacho n.º 873/2015, de 14 de janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 19, de 28 de janeiro de 2015).

«The European Patent Convention (EPC)», European Patent Office.

«National law relating to the EPC» (June 2009, 14th edition), European Patent Office.

«The Economics of the European Patent System: IP Policy for Innovation and Competition», Dominique Guellec, Bruno van Pottelsberghe de la Potterie, OUP Oxford, 2007.

«Invenções e Patentes», João Marcelino, Manuel Lopes Rocha, IA-PMEI, 2009.

209752071

UNIVERSIDADE DO MINHO

Instituto de Letras e Ciências Humanas

Deliberação n.º 1203/2016

Por despacho do Presidente do Instituto de Letras e Ciências Humanas de 20 de junho de 2016, proferido por delegação de competência conferida pelo Despacho RT 28, de 20 de maio de 2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 107, de 03 de junho de 2016.

Designados, nos termos do artigo 9.º Decreto-Lei n.º 283/83, de 21 de junho, para fazerem parte de Júri para apreciação do pedido de reconhecimento de habilitações do Diploma de Mestrado obtido na Universidade de São Paulo ao nível de grau de Mestre concedido pela Universidade do Minho, requerido pela Ana Cláudia da Costa Dória, os seguintes professores:

Presidente: Doutor Xaquín Núñez Sabarís, Professora Associado do Departamento de Estudos

Românicos do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho;

Vogais: Doutor Rogélio Ponce de León Romeo, Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto;

Doutor Pedro Dono Lopez, Professor Auxiliar do Departamento de Estudos Românicos do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho.

5 de julho de 2016. — O Presidente do Instituto de Letras e Ciências Humanas, *Doutor João Manuel Cardoso Rosas* (Professor Associado).

209750532

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA

Edital n.º 640/2016

Por ter sido publicado indevidamente o Edital n.º 579/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 136, de 18 de julho de 2016, referente à abertura de um Concurso Documental para Recrutamento de um Professor Adjunto para a Área Científica de Terapia e Reabilitação — Terapia Ocupacional, para o Instituto Politécnico de Beja, procede-se à anulação da referida publicação.

20 de julho de 2016. — O Presidente do Instituto Politécnico de Beja, *Vito José de Jesus Carioca*.

209750979